

## APOSENTADORIA PELA HORA DA MORTE, NÃO DÁ MAIS PARA ACEITAR



### Página 2

Sindicato protesta  
contra plano de  
saúde do Bradesco

### Página 3

Não ao aumento  
da idade mínima  
para aposentar

### Página 4

Itaú suspende  
retirada de portas  
de segurança

## BRADESCO

# Sindicato protesta contra o plano de saúde precário

Os bancários do ABC pararam, na quarta-feira (4), por uma hora a agência do Bradesco, na rua Bernardino de Campos, no Centro de Santo André, onde se localiza também a Gerência Regional do banco, o Bradesco Seguro e Previdência e o departamento jurídico da empresa, em protesto a intransigência do banco em não avançar nas negociações relacionadas ao plano de saúde dos funcionários.

O Bradesco Saúde e Odontoprev, que atende os funcionários atualmente, estão defasados e o movimento sindical cobra a ampliação e melhoria das especialidades médicas, inclusão de pais e mães e plano de saúde na aposentadoria nas mesmas condições vigentes para os funcionários.

Outro ponto preocupante é a Resolução Normativa (RN) 254 DA Agência Nacional de Saúde (ANS) que entra em vigor a partir de 4 de agosto. Caso o banco não resolva a situação atual do seguro de saúde dos funcionários até essa data não poderá mais incluir novos funcionários na apólice vigente. Como explicou



Faixa colocada na agência da Bernardino de Campos

o diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco, Yasuki Niiuchi, para os funcionários durante a paralisação. “Temos que pressionar o banco para que resolva a situação, pois se não vamos ter dois tipos de planos de saúde para os funcionários do Bradesco: um totalmente precário e outro de qualidade como determina a resolução”.

O movimento sindical cobrou melhorias nos planos de saúde e odontológico do Bradesco, na retomada do processo de negocia-

ção permanente realizado em 27 de junho, expondo a insatisfação dos bancários em relação ao plano de saúde do Bradesco. Todas as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores ao banco foram negadas e as negociações não avançam há tempos.

Durante a paralisação os diretores orientavam e explicavam aos clientes e usuários do banco os motivos do atraso de uma hora na abertura da agência.



Diretores informam os funcionários sobre intransigência do banco

## HSBC

# Reestruturação, assédio moral, metas abusivas e avaliações para inglês ver

A série de demissões promovidas pelo HSBC, desde o início do ano, na região do ABC está deixando funcionários sobrecarregados e clientes mais insatisfeitos. Os critérios de dispensas do banco inglês têm uma característica cruel. Os funcionários com mais tempo de casa são os primeiros da lista.

A instituição realiza, também, um processo de reestruturação por meio do qual acaba com a função do gerente administrativo, criando vários problemas. Na nova reorganização o banco está instalando máquinas de última geração que realizam praticamente o trabalho de um caixa, separa e conta cédulas realizando o depósito imediatamente e ainda serve de cofre, porém há uma agravante, caso aconteça alguma diferença de valores, não há como o cliente tirar suas dúvidas. A pergunta é: quem se responsabiliza por essas diferenças?

A instalação das máquinas é uma das estratégias do banco para enxugar o seu quadro de funcionários e obter mais lucros e utilizar os caixas para a venda dos produtos do banco como seguro de vida. Toda essa movimentação do banco tem criado um clima de “terrorismo” entre os funcionários e produzindo um atendimento desumano. O Sindicato dos Bancários cobra o fim das demissões, mas a direção do HSBC informou que não vai repor os empregados dispensados. “As mudanças estão acontecendo nas agências e os funcionários sendo demitidos e pressionados a se adaptarem ao novo modelo imposto pelo banco, que nada mais é do que vamos cumprir as metas e vender e vender cada vez mais, para lucrar cada vez mais”, disse o diretor do Sindicato e funcionário do banco, Belmiro Moreira.

## Pressão por metas causa assédio moral

O Sindicato tem recebido diversas denúncias do HSBC das práticas inadequadas de cobrança por metas, nas agências da Região. Reuniões diárias com a equipe gerencial têm sido frequentes com a finalidade de cobrar e expor os funcionários. “Os gerentes chegam na reunião apontando e dando nomes aos que não cumpriram as metas abusivas exigidas pelo banco, criando assim um ambiente de competição e colocando uns contra os outros. Situação que beneficia apenas o banco” declara Belmiro.

Para o diretor essa prática tem desmotivado os funcionários e questiona de onde e de quem é essa política de gestão. “É da instituição HSBC, da Regional do ABC, dos gestores das unidades?”.

O Sindicato está em contato com a direção do banco para marcar uma reunião para discutir e mudar a situação. “Essa situação é inadmissível, queremos que os gestores utilizem práticas saudáveis de motivação mantendo a equipe unida em torno dos objetivos da instituição”, afirma Belmiro.

O Sindicato orienta os bancários a manterem a mobilização e a unidade em busca de combater as metas abusivas que adoecem os bancários e para isso é importante utilizar os canais de denúncias existentes. A convenção coletiva de trabalho (CCT) garante a denúncia do assédio moral nas agências bancárias e o banco tem a obrigação de investigar essas denúncias conforme casula 54 – ‘para prevenção dos conflitos no ambiente de trabalho, por adesão voluntária é promover a prática de ações e comportamentos adequados dos empregados dos bancos aderentes, que possam prevenir conflitos indesejáveis no ambiente de trabalho. A adesão é voluntária e será formalizada por parte dos bancos e sindicatos profissionais aderentes, por meio de acordo aditivo’.

## FATOR PREVIDENCIÁRIO

## CUT diz “não” a aumento da idade mínima para aposentadoria

Na última reunião da Direção Executiva da CUT, realizada em 4 de julho, em São Paulo, o presidente da Central, Artur Henrique, conclamou os dirigentes CUTistas de todo o país a se prepararem para uma batalha em defesa dos direitos na aposentadoria.

Segundo Artur, a luta mais urgente é contra o aumento da idade mínima para aposentadoria em troca do fim do Fator Previdenciário, como quer o governo Federal. “Nós não vamos permitir a implementação de uma idade mínima maior no Brasil. Nossa pauta não tem recuo e, sim, avanços”.

As mudanças do fator previdenciário, em estudo pelo governo, envolvem a definição de uma idade mínima “maior” para a

aposentadoria, levando em conta o aumento na expectativa de vida dos brasileiros. A previsão é que o projeto que modifica o cálculo para a aposentadoria dos trabalhadores só deva ser votado no segundo semestre.

O fator previdenciário, criado em 1999 para evitar aposentadorias precoces no setor privado, é uma equação utilizada para calcular a aposentadoria do segurado do INSS levando em consideração a idade ao se aposentar, o tempo de contribuição e a expectativa de vida. Assim, quanto menor for a idade da pessoa ao se aposentar, menor será o benefício recebido.

Para o presidente do Sindicato Eric Nilson Lopes Francisco, há um grande desafio pela frente que

é defender os direitos na aposentadoria: “Devemos levar em consideração a situação de milhares de brasileiros que não têm condições de estudar e só entram no mercado de trabalho mais tarde, com mais idade, como ocorre nos países mais desenvolvidos. Portanto, esses trabalhadores

pagarão mais para receber por menos tempo”.

“No Brasil”, continua Eric, “infelizmente, as pessoas começam a trabalhar muito cedo para ajudar no orçamento da família, para sobreviver. Muitos enfrentam a rotina dura do corte

de cana de açúcar, ou o trabalho nos setores químico, elétrico etc., aos 16 anos, no máximo 17 anos. Esses trabalhadores vão morrer antes de se aposentar. Vão pagar e não vão receber”.

O projeto proposto pelo então deputado Pepe Vargas (PT-RS), agora ministro do Desenvolvimento Agrário é defendido pelo movimento sindical: o fator não existirá quando a soma da idade e do tempo de contribuição resulte em 85 anos para as mulheres e 95 para os homens.



## CAIXA

## Trabalhadores negociam proposta global para a promoção por mérito na Caixa

Os debates para definir as regras de avaliação de desempenho para a promoção por mérito referente ao ano-base de 2012 culminaram em negociação ocorrida na terça-feira (3), em Brasília, entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e a Caixa Econômica Federal. O tema foi negociado entre os membros da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) e da Comissão de Negociação Caixa. As regras vão vigorar por dois anos, com critérios válidos tanto para o ano-base de 2012 quanto para o seguinte, 2013. Fica mantida a exigência de que o empregado complete 180 dias de empresa para ter direito a ser avaliado e promovido

Isto significa que os critérios para a promoção por mérito serão válidos tanto para o ano-base de 2012 quanto para o seguinte (2013). No entanto, entre um e outro ano, será feita uma avaliação de todo o processo, podendo as regras serem alteradas caso ocorra

alguma distorção. O indicativo de data para essa reunião é maio de 2013, ocasião em que a comissão paritária do Plano de Cargos e Salários (PCS) avaliará os resultados de 2012, podendo acarretar em ajustes nas regras de avaliação para o ano-base 2013.

## Resolução

Ficou definido ainda que uma parte da pontuação para o segundo delta, referente ao segmento da Universidade Caixa, será considerada extra. Nesse caso, houve alteração do nome para “Horas de Capacitação à Distância”, estando prevista a necessidade de realização de 100h de carga horária de cursos à distância para a pontuação total no critério. Abaixo das 100h, a pontuação será proporcional à quantidade de horas cursadas pelo empregado.

Para que o item relativo à Universidade Caixa se viabilize, o banco precisa garantir que os empregados façam seus cursos

apenas durante a jornada de trabalho. Essa exigência, por exemplo, evitará retrocessos e não acarretará em prejuízos para os trabalhadores.

Ficam mantidas, porém, a sistemática de distribuição de deltas e a exigência de que o empregado complete 180 dias de Caixa para ter direito a ser avaliado e promovido. O impasse nas discussões existia até então, porque a empresa insistia com a proposta de o empregado completar 365 dias para adquirir o direito de participar do processo.

Os representantes dos empregados, no entanto, condicionaram a aprovação da proposta global negociada à manutenção do prazo de 180 dias para participação nos critérios de avaliação para promoção por mérito, o que houve concordância por parte da Caixa.

Para o diretor do Sindicato e funcionário da Caixa, Jorge Luiz Furlan, a proposta global negociada é um passo importante e defen-

de que o processo de avaliação por mérito seja aperfeiçoado a cada ano. “O aprimoramento permanente da sistemática e dos créditos passa pela valorização dos salários. Isso passa necessariamente pela redução do Complemento Temporário Variável de Ajustes de Mercado (CTVA)”.

## Vale transporte

A Caixa vem atrasando, sistematicamente, o pagamento do vale transporte aos seus funcionários há alguns meses. O fato tem trazido transtornos aos trabalhadores que tem seu direito infringido, além de não contar com o benefício para se locomover ao trabalho. Além de chegar com atraso o vale transporte não chega para todos e quando isso ocorre o funcionário tem que ir até a empresa distribuidora do benefício para receber o seu direito.

Para o Sindicato é uma questão tão simples de se resolver como declara Furlan. “A Caixa é uma grande empresa não é possível que não consiga resolver um problema tão simples e importante para o trabalhador”. O diretor continua questionando. “Será que falta de vontade ou desorganização da Caixa?”.

ITAÚ

## Banco recua e suspende retirada das portas de segurança nas agências

Todas as unidades do Itaú que passarem por reforma manterão as portas de segurança. Segundo anunciou o banco em reunião realizada, na segunda-feira (2), com a Contraf-CUT. O banco também assumiu o compromisso de reavaliar a situação dos estabelecimentos que tiveram o equipamento retirado.

Como ocorreu com a agência no Centro de São Caetano, que retirou a porta de segurança, após reforma, descumprindo, inclusive, a lei

municipal que obriga a utilização de mecanismos mínimos de segurança nos estabelecimentos bancários. O Sindicato denunciou o fato, em 27 de junho, a Prefeitura, responsável pela fiscalização e está esperando a resposta.

Mesmo que o banco tenha assumido o compromisso, o Sindicato vai continuar a fiscalização e denunciar os bancos que retirarem seus equipamentos de segurança nas cidades onde há a lei como São Caetano e Diadema.

Nos demais municípios, Santo André, São Bernardo, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra o Sindicato continua a campanha junto as câmaras e Consórcio Intermunicipal para padronizar as leis referentes a agências bancárias.

O anúncio do Itaú ocorre após a onda de protestos dos bancários em todo o país, sobretudo contra as demissões, a rotatividade, a retirada das portas de segurança e as condições precárias de trabalho.



Itaú volta a colocar porta de segurança

## SEGURANÇA

# Projeto de Lei que agrega todas as leis relacionadas a instituições financeiras está em trâmite em Diadema

O Sindicato em ação para regularizar a situação da obrigatoriedade de portas de segurança com detector de metais nas sete cidades do ABC tem conversado e buscado as Câmaras municipais para que as cidades, onde não há a Lei Municipal, criem e regulamentem a situação relacionada a leis referentes a instituições financeiras.

Em Diadema, onde a lei da obrigatoriedade das portas de segurança já existia, a Câmara Municipal criou o Projeto de Lei 044/2012 que consolida toda a legislação da cidade referente as instituições financeiras.

As leis relacionadas as questões de segurança bancária, de acessibilidade nas agências, entre outras estavam fragmentadas em várias leis municipais que foram reunidas num único Projeto de Lei de autoria do vereador Manoel Eduardo Marinho, o Maninho, que será votado em breve pela Câmara Municipal de Diadema



Presidente do Sindicato Eric Nilson e o secretário de finanças Belmiro Moreira com o presidente da Câmara de Duadema, Laércio Soares

“Conseguimos reunir e organizar todas as Leis da cidade relacionadas ao tema, essa concentração numa única Lei beneficia o cidadão que busca os seus direitos”, declara o presidente, Eric Nilson. Que lembra que a fiscalização é de responsabili-

dade da Prefeitura de Diadema, mas a do Sindicato é de denunciar. “Qualquer irregularidade deve ser denunciada, o Sindicato tem esse papel e a população tem que ajudar para que as leis sejam respeitadas é uma questão de direito cidadão”, completa o presidente.

### Todas as agências bancárias de Diadema devem ter:

Leia alguns itens obrigatórios relacionados no Projeto de Lei e que já eram Leis

- Obrigatoriedade de portas de segurança com detector de metais
- Guarda-volumes, no mínimo 20 compartimento
- Funcionários suficientes no setor de caixas para que atendimento seja hábil
- No mínimo um caixa eletrônico em braile
- Câmeras dentro, fora e no estacionamento da agência
- Divisórias e biombos nos caixas
- Uma cadeira de rodas disponível no banco para atender destinada a locomoção de idosos ou usuários com mobilidade reduzida.
- Os vigilantes tem que garantir a segurança na podendo exercer nenhuma outra atividade na agência